



Não foi isso que eu quis dizer: charges e polêmicas na mídia jornalística¹

Paulo RAMOS²

Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, SP

Resumo

Charges veiculadas em 2011 na imprensa brasileira causaram polêmicas diferentes, porém unidas pelo fato de terem sido lidas como ofensivas por parte dos leitores. No jornal “Folha de S.Paulo”, um desenho que fazia menção a tragédia ocorrida no Japão foi visto como um caso de falta de sensibilidade por conta das perdas de vidas ocorridas. No site “Paraná On-Line”, um trabalho foi lido como racista. O autor foi demitido. Defende-se neste artigo que casos como esses são decorrência de uma fragilidade no pacto entre autor e leitor. Este cria expectativas sobre o gênero diferentes das pretendidas pelo chargista, em particular em situações socialmente polêmicas.

Palavras-chave: charge; mídia jornalística; autor; leitor; texto.

Introdução

Duas charges publicadas no Brasil em março de 2011 ajudaram a lembrar o impacto que esse gênero dos quadrinhos pode causar no leitor e na sociedade. Veiculados respectivamente no jornal “Folha de S.Paulo” e no site “Paraná On-Line”, de Curitiba, os trabalhos foram rotulados como sendo de mau gosto e ofensivos. Num dos casos, o autor do desenho foi demitido.

Situações como essas não são inéditas, nem no país nem no exterior. Mas assinalam para uma adiada reflexão mais cuidadosa sobre os motivos que pautaram as polêmicas, vistos com a privilegiada posição do distanciamento histórico. Entendemos que um dos motivos do mal-estar gerado pelos desenhos se baseia na expectativa gerada pelas charges junto ao leitor. Este tende a enxergar nos trabalhos um texto de humor, mesmo que não o seja. E se escandaliza quanto o tema abordado seja um assunto delicado dentro dos parâmetros sociais vigentes.

Este artigo irá discutir justamente essa questão. O percurso da leitura terá início com a retomada dos dois casos polêmicos ocorridos em 2011, recuperará outros, presenciados anos antes, e terminará recuperando algumas ideias sobre o pacto

¹ Trabalho apresentado no GP de Produção Editorial do XI Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Professor adjunto do Departamento de Letras da Universidade Federal de São Paulo, e-mail: contatopauloramos@gmail.com

comunicacional existente entre autor e interlocutor, que o linguista francês Dominique Maingueneau opta chamar de *estatuto dos parceiros legítimos*.

Charge, tragédia e repercussões

O jornal “Folha de S.Paulo” usou como tema da charge da edição de 12 de março de 2011, um sábado, a tragédia ocorrida no Japão um dia antes, data em que um tsunami seguido de terremoto matou em torno de 10 mil pessoas (segundo contagem realizada no final daquele mês).

O trabalho, de autoria de João Montanaro (Figura 1), baseava-se na xilogravura intitulada “A Grande Onda de Kanagawa”, de Katsushika Hokusai (1760-1849). A arte deste mostrava um grande maremoto arrastando casas, carros e árvores (Figura 2). A charge impressa pelo jornal reproduzia os mesmos elementos visuais, inserindo a eles casas, veículos, árvores. Ao fundo, somava-se uma usina nuclear e, acima do desenhos, este título: “Xilogravuras Japonesas – A Onda”. A menção à usina se justificava pela ameaça iminente de vazamento de produto radioativo por conta do desastre natural.



Figura 1 – “A Grande Onda de Kanagawa”, de Katsushika Hokusai

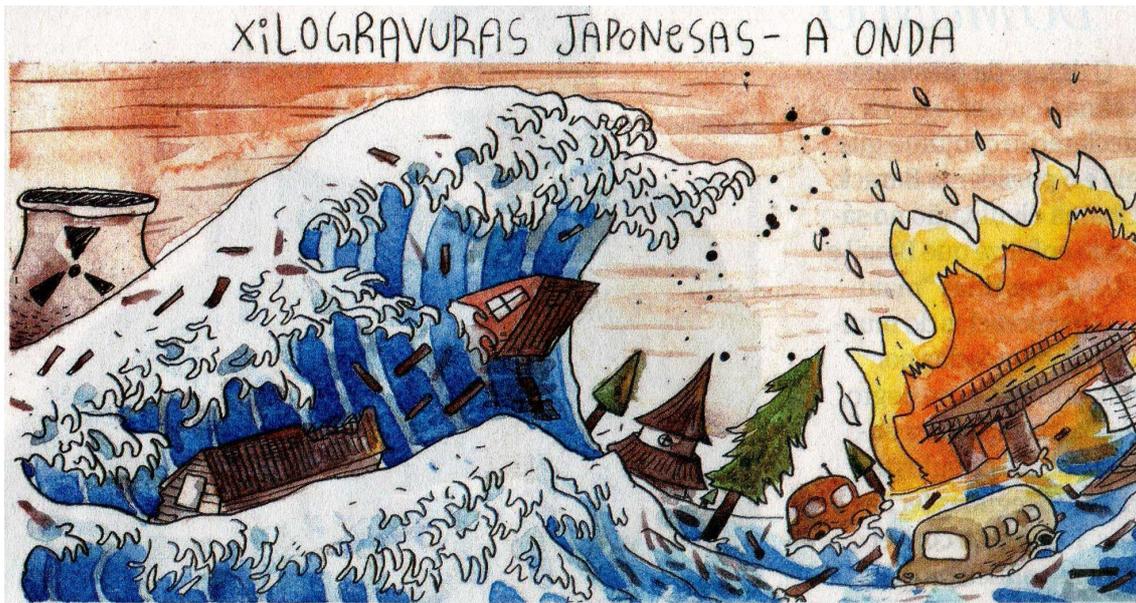


Figura 2 – Charge de João Montanaro, publicada na “Folha de S.Paulo” em março de 2011

Na edição do dia seguinte, um leitor de Jandira, no interior de São Paulo, questionava na seção de cartas o “tom” da charge. No texto, o autor dizia:

Impressionante, infeliz, impiedosa e sem nenhuma sensibilidade a charge editada por este jornal na pág. A2 de ontem. Como pode um jornal como a Folha permitir esta divulgação em um momento tão infeliz? O autor nem ao menos se identifica no desenho, uma vergonha. O momento pelo qual passam nossos irmãos japoneses não permite tamanha insensibilidade.

O jornal inseriu, no final da carta, uma “nota da redação”, indicando aos leitores a leitura da seção “Erramos”, logo abaixo. Lá, a redação registrava que a charge em questão “saiu publicada sem assinatura. Seu autor é João Montanaro”. Um dia depois, houve mais uma carta com teor semelhante. Um leitor de São Paulo questionava se casos como o do Japão comportavam charges. Nas palavras dele:

Ao abrir o jornal de sábado, deparei-me com uma grande dúvida: qual o intuito da charge da pág. A2? Qual a intenção do chargista João Montanaro ao retratar a catástrofe decorrente de um tsunami que arrasou o nordeste do Japão daquela maneira? Não se presta homenagem à tragédia e aos mortos decorrentes dela, nem se presta a realizar comicidade com fatos dessa natureza. “Guernica”, de Picasso, retrata a tragédia da guerra, mas incute no observador o horror que fora a Guerra Civil Espanhola. Mas e a charge de Montanaro? Não me parece haver crítica, ou qualquer fundamento neste desenho, para que mereça o espaço daquela página. Carece de sentido. Caso seja a comicidade, penso ser importante rir da tragédia humana. Mas rir

inclusive das que não foram causadas por outro homem? Ou das que morrem centenas de inocentes? Que culpa temos no surgimento dum tsunami? Momentos como este não comportam essas charges.

As palavras do leitor descartam a existência de uma eventual crítica no desenho de Montanaro (“Não me parece haver crítica”) e se espantam com a outra opção possível, a comicidade (“rir inclusive das [tragédias] que não foram causadas pelo homem?”).

Na edição de terça-feira, dia 15 de março, houve mais manifestações, nem todas, no entanto, com os mesmos pontos de vista. Uma delas fazia menção à primeira carta publicada sobre o assunto, dois dias antes. Um leitor de São Paulo considerou “oportuna” aquela manifestação e lançou um novo argumento sobre o fato:

Acredito que a publicação se deu pela imaturidade do chargista, de 14/15 anos. Não sei se a falta de sensibilidade dos jovens de hoje é característica dessa faixa etária, mas, coincidência ou não, após a divulgação do trágico acontecimento, tive a oportunidade de ouvir de um grupo de jovens da mesma idade manifestações desrespeitosas e piadas de mau gosto sobre o evento e os japoneses. Felizmente, no dia 13, a Folha, num ato de "remissão", nos brindou com uma tocante charge do genial Jean.

A charge de Jean, mencionada no final da carta, mostrava o que talvez os leitores quisessem ver após a tragédia. O globo vermelho, ponto central da bandeira do Japão, deixa cair uma lágrima antes ao desastre natural e às vítimas, como pode ser observado no desenho a seguir (Figura 3):



Figura 3 – Charge de Jean, publicada na “Folha de S.Paulo” um dia após a tragédia no Japão



No mesmo dia 15, o desenhista Laerte Coutinho, autor de tiras do jornal desde o fim da década de 1980, respondia aos comentários, também no espaço da seção de cartas. A argumentação dele era o primeiro contraponto sobre o assunto:

Como colega e admirador, quero dizer algo sobre o João Montanaro e sua charge na Folha de sábado (12/3). Talvez tenha havido pressa no julgamento que alguns leitores fizeram, condenando o trabalho por um suposto desrespeito à dor humana num momento de tragédia. No entanto, João revelou audácia, e não insensibilidade. Usando um ícone da cultura japonesa, ele nos remete a uma reflexão sobre contrastes: o milenar, permanente, sólido; e o instantâneo, devastador. A natureza e sua força imanente (presente na gravura de Hokusai), e a mesma natureza enquanto força agressiva. A beleza presente nos tufões e a beleza terrível do caos. Quem não experimentou esses sentimentos contraditórios vendo as imagens de carros e barcos boiando e se chocando como peças de Lego? Esses sentimentos estão reconhecíveis na charge. E o autor se preocupou em não colocar nenhuma figura humana no desenho, sinal de que percebeu a gravidade do tema e a necessidade de localizar o comentário na esfera da relação entre a cultura humana com o meio ambiente. Note-se ainda a presença de uma usina nuclear entre as edificações atingidas. Isso é um alerta, e não um sinal de zombaria.

No dia 16, os argumentos de Laerte levaram um leitor a mudar de opinião, conforme registro na seção de cartas: “Confesso que minha primeira impressão foi parecida com a dos que enxergaram insensibilidade na charge de Montanaro. Mudei-a, todavia, ao ler a opinião do cartunista Laerte no ‘Painel do Leitor’ de ontem”. E concluía: “Apenas o olhar leigo não é suficiente para absorvermos todo o conteúdo expresso pela arte”. A frase final sinaliza para duas maneiras de se observar a charge, a dos autores ou pessoas familiares ao gênero, e a dos “leigos”, os leitores tradicionais do jornal.

Tamanha foi a repercussão o assunto foi o segundo mais comentado pelos leitores do diário naquela semana. Houve ecos ainda na edição do dia 17. Um leitor, de São Paulo, contrário: “Laerte fez malabarismo quando quis justificar o injustificável ao se referir à infeliz charge de João Montanaro. Não convenceu”.

Outro, também da capital paulista, a favor: “Impressionantes, infelizes, impiedosas e insensíveis têm sido algumas críticas de leitores à charge de João Montanaro. Trata-se de trabalho respeitoso, que induz à reflexão sobre o que a natureza tem de belo, mas também de destrutivo”.

Fora do espectro do leitor

O diferencial da edição da “Folha de S.Paulo” do dia 17 de março, pouco menos de uma semana da publicação da charge de João Montanaro, é que o assunto saiu da seção de cartas e pautou uma reportagem de duas páginas do caderno de cultura, o “Ilustrada”.

A matéria, assinada pelo jornalista Diogo Bercito, colheu depoimentos de dez especialistas em quadrinhos e desenhistas sobre o assunto, entre eles pessoas de bastante destaque no setor, como Ziraldo e Mauricio de Sousa, criadores dos personagens da *Turma do Pererê* e da *Turma da Mônica*, respectivamente. Somente dois enxergaram problemas na charge. Os demais viram atributos suficientes para justificar a publicação. Dois dos entrevistados sinalizaram para uma eventual contradição por parte do leitor.

Um é o caso do jornalista e pesquisador de quadrinhos Gonçalo Junior: “Vivemos na era da chatice e do politicamente correto. É uma reação paranoica, o desenho retrata as mesmas coisas que todos esses vídeos que estão no [site de vídeos] YouTube”.

No mesmo sentido foi o comentário do empresário e desenhista Mauricio de Sousa: “As pessoas ligam a palavra ‘charge’ a coisas alegres, mas a ideia é ser um convite ao pensamento”. Uma vez mais, indicou-se uma leitura dúbia da charge, uma feita por quem é familiar ao gênero, outra pelo leitor não habitual dessa forma de produção.

A reportagem da “Folha de S.Paulo” ouviu também o autor, que até então não havia se manifestado sobre o assunto. Montanaro considerava não ter sido compreendido pelos leitores: “Fiz o certo, minha intenção não era fazer uma piada”.

Mas foi lido piada, segundo registrou a ombudsman da “Folha de S.Paulo”, Susana Singer, em sua coluna no domingo seguinte (dia 20). Nas palavras dela, “o desenho de Montanaro, sem ter sido a intenção dele, foi visto uma piada, o que põe em questão se deve haver limites para o humor”.

A leitura feita por Montanaro de que o tema deveria ser alvo de charge, e, supõe-se, endossada pelo *staff* editorial da “Folha de S.Paulo”, foi compartilhada por outros 16 desenhistas que publicaram charges em jornais de diferentes partes do país, como registrou na ocasião o site “Charge Online”, página virtual que reúne diariamente produções do gênero veiculadas na mídia impressa.

Outro dado que reitera essa leitura é que, três dias depois de publicada, a mesma ideia foi usada em outra charge, dessa vez impressa pelo jornal francês “Le Monde”.

Racismo e demissão

Uma semana depois da polêmica gerada pelo desenho veiculado na “Folha de S.Paulo”, houve caso semelhante no jornal virtual “Paraná On-Line”. A charge fazia menção à visita ao Brasil do presidente norte-americano Barack Obama, ocorrida poucos dias antes (Figura 4).

A arte mostrava um macaco “dando uma banana” (gesto com os braços que conota contrariedade excessiva a algo ou alguém) em direção ao leitor e trazia esta frase: “Almoço para Obama terá baião de dois, picanha, sorvete de graviola... e banana, muita banana!”. O interlocutor do gesto seria o político dos Estados Unidos. Mas foi interpretado como se fosse uma atitude racista em relação a Obama, associando este a um macaco.

Almoço para Obama terá baião de dois, picanha, sorvete de graviola



Figura 4 – Charge de Solda, veiculada no “Paraná On-Line” em março de 2011

O trabalho repercutiu na rede virtual. O maior eco se deu após ser reproduzido no domingo no blog do jornalista Paulo Henrique Amorim, que viu no trabalho um



conteúdo racista. Até as 17h do dia 23 de março, havia 192 comentários na postagem de Amorim sobre o assunto. Parte delas defendia o cartunista. Outra enxergava ali teor racista. A associação feita foi a de que o macaco representaria o presidente norte-americano, algo que já ocorreu nos Estados Unidos durante a campanha eleitoral dele.

O autor da charge, Luis Solda, disse em entrevista à página virtual “Blog dos Quadrinhos” não ter imaginado essa associação. “Jamais faria isso com um chefe de estado ou com um irmão meu. Aí é racismo mesmo. O macaco é o povo brasileiro.”³ O desenhista afirmou que o alvo era outro, os Estados Unidos. “O brasileiro dando uma ‘banana’ para os americanos que sempre consideram os sul-americanos o quintal da casa deles. A repercussão me causou espanto. Sou um sujeito pacato, modesto, não saio de casa e jamais imaginei que uma charge minha serviria para esse rebuliço todo.”⁴

A charge foi retirada do arquivo virtual do jornal on-line. Vencedor por três vezes no Salão Internacional de Humor de Piracicaba na categoria charge, na leitura dele estariam “ateando fogo nos chargistas”, numa referência à charge da “Folha de S.Paulo”.

Luis Solda foi demitido por conta disso. Rafael Tavares, diretor-executivo do grupo Paulo Pimentel, que administra o “Paraná On-Line”, disse na mesma reportagem que teria havido um erro na veiculação da charge e que o desenho não deveria ter sido publicado. Nas palavras dele, “acho que ela permite a interpretação [feita] pelos outros e também a que Solda fez.”⁵ Ele afirmou ter recebido um manifesto contra a charge assinado por cinco entidades ligadas a grupos de defesa dos direitos dos negros.

Uma vez mais, explicita-se a questão da leitura plural da charge.

Problema recorrente

Os dois casos vistos em março de 2011 no Brasil se somam a outros, que com maior ou menor regularidade ou repercussão têm ocorrido na imprensa, inclusive estrangeira. Um dos mais lembrados é o do jornal dinamarquês *Jyllands-Posten*, publicou no dia 30 de setembro de 2005 uma série de 12 charges com o profeta Maomé, feitas por 12 desenhistas diferentes. Uma delas mostrava o profeta com um turbante em forma de bomba.

³ RAMOS, Paulo. Charge causa demissão de cartunista no Paraná. Blog dos Quadrinhos, 24 mar. 2011. Disponível em http://blogdosquadrinhos.blog.uol.com.br/arch2011-03-01_2011-03-31.html#2011_03-24_18_17_20-135059040-25 Acesso em 15 jul. 2011.

⁴ op. cit.

⁵ op. cit.



Os desenhos causaram imediata reação de integrantes da religião muçulmana. A crença deles proíbe imagens de Maomé, uma maneira de impedir a idolatria. O caso ganhou gradativa projeção internacional. Embaixadores muçulmanos fizeram reclamação formal ao governo da Dinamarca. A Arábia Saudita retirou o embaixador do território dinamarquês e iniciou um boicote aos produtos do país.

Em meio a protestos, o jornal fez um pedido formal de desculpas no dia 31 de janeiro de 2006. “Os desenhos não são contra a lei dinamarquesa, mas sem dúvida ofenderam muitos muçulmanos, motivo pelo qual nos desculpamos”. 27 grupos muçulmanos consideraram ambíguo o texto do jornal. Paralelamente, outros jornais europeus começaram a reproduzir a charge.

Resultado: os protestos aumentaram em volume e em intensidade. Num deles, no começo de fevereiro de 2006, manifestantes apedrejaram, destruíram e queimaram embaixadas da Dinamarca, Noruega, Suécia e Chile em Damasco, na Síria. 50 mil pessoas protestaram no Sudão. A Dinamarca pediu que seus moradores abandonassem a Síria. O Irã rompeu relações diplomáticas com a Dinamarca. Até o dia 17 de fevereiro, 24 pessoas tinham morrido, a maioria no Afeganistão e na Líbia. O tempo acalmou os manifestantes e tirou o assunto gradativamente dos holofotes da mídia.

O cartunista Jal, forma como José Alberto Lovetro é mais conhecido publicamente, contou em depoimento ao jornal “Folha de S.Paulo”⁶ que um caso parecido já ocorreu no Brasil, embora em menor escala. Os times do Santos e do Corinthians iriam disputar uma partida decisiva. Os jogadores santistas foram até Aparecida do Norte (onde fica a Basílica de Nossa Senhora Aparecida, padroeira no Brasil) pedir uma bênção para o jogo.

Uma charge representou a notícia com um desenho de Nossa Senhora Aparecida com o rosto de Pelé, o principal jogador do time. A charge foi vista como uma ofensa religiosa. O jornal *Última Hora*, que veiculou o desenho, teve de encerrar o expediente mais cedo por causa de uma multidão que tomou o local. O chargista foi demitido.

Outro brasileiro já enfrentou problemas mais de uma vez por conta de suas charges críticas, pautadas pela ausência de humor. Em julho de 2008, um de seus trabalhos foi considerado pelo governo do Rio de Janeiro como de “muito mau gosto”. O desenho mostrava um policial armado e sorrindo. À frente dele, uma mulher chorando ao segurar nos braços um garoto baleado, possivelmente seu filho. Atrás do policial, um camburão da corporação, apelidado de “caveirão”.

⁶ A revolução pelo cartum. *Folha de S.Paulo*. 26 fev. 2006. p. A6.

A charge foi usada em outdoors para chamar a população a participa de um ato público pela vida, realizado no Rio. Um dos motes da manifestação eram os casos de mortes – inclusive de uma criança – ocorridos em ações policiais na capital fluminense. Os outdoors eram do Cedca, Conselho Estadual da Criança de do Adolescente do Estado.

Em 2007, Latuff foi intimado a prestar esclarecimentos à Delegacia de Repressão aos Crimes de Propriedade Imaterial, por conta de um de seus trabalhos. O motivo da intimação era uso indevido de marca. O desenho fazia uma crítica à suposta violência do Estado na preparação dos Jogos Pan-Americanos, realizados no mês passado no Rio de Janeiro (Figura 5).

O mascote dos Jogos, Cauê, é mostrado com um fuzil em punho, pouco à frente de um camburão da polícia, o tal “caveirão”. A intimação era para que o desenhista comparecesse à delegacia, em São Cristóvão, no Rio, no dia 26 de julho. Latuff diz que foi dois dias antes, data em recebeu em casa a notificação.



Figura 5 – Charge de Carlos Latuff, pautada nos Jogos Pan-Americanos de 2007

Um ano antes, outra polêmica envolvendo os desenhos de Latuff. Militantes do Likud, o partido conservador de direita ligado a Israel, fizeram um manifesto contra ele. O texto dizia que a arte dele eram "cartuns satânicos" e pedia que os simpatizantes se



unissem contra o trabalho do brasileiro, que circula principalmente por uma rede de sites da internet.

Latuff havia desenhado Tio Sam, personagem-símbolo dos Estados Unidos, aplaudindo um militar israelense, que segurava uma bomba sobre crianças libanesas da cidade de Qana. A bomba trazia os dizeres "From Israel with Love" (De Israel com amor). Latuff dedicou o desenho às vítimas.

Parceiros legítimos

Os dois casos vistos em 2011, bem como os demais ilustrados ao longo destas páginas, alertam para um olhar mais crítico sobre as charges, analisado sem o calor da polêmica. Pelas pistas lidas até aqui, percebe-se que há uma possível leitura dúbia sobre como o gênero é pensado e como é, de fato, recebido pelo leitor. Frases pinçadas tanto das cartas de leitores da “Folha de S.Paulo” quanto de desenhistas mencionadas anteriormente corroboram essa interpretação.

Conceitos de Maingueneau (2002) podem trazer algumas luzes sobre a questão. O linguista francês defende que um gênero do discurso (termo usado por ele) não se limita apenas à organização textual, embora seja um de seus elementos. Há outras características, igualmente pertinentes e definidoras: finalidade, lugar e momento onde ocorre, suporte material (televisão, diálogo, rádio, jornal), o estabelecimento de parceiros coerentes com a situação (o autor chama de “parceiros legítimos”).

Neste último caso, ele acrescenta que o locutor e o interlocutor travam um contrato comunicativo, uma espécie de jogo, e que exercem papéis definidos na situação comunicativa. Um médico atendendo um paciente, por exemplo. A pessoa enferma está no consultório para se tratar de alguma moléstia (finalidade). Era esperada no consultório ou no hospital (lugar e momento). O canal é o diálogo oral (correspondente ao suporte material). O fato de um ser médico e outro, paciente torna a situação coerente. Um exerce, ali, o papel de autoridade de saúde; o outro, de enfermo. É um acordo, pressuposto, não declarado (contrato, que faz parte do jogo comunicativo).

Entendemos haver um ruído nesse processo no tocante às charges. O leitor tende a criar uma expectativa genérica (referente ao gênero, termo cunhado por KOCH e ELIAS, 2006) de que a charge se trata exclusivamente de um texto de humor, algo que irá provocar uma piada. De fato, empiricamente parece ser essa uma das marcas do



gênero, como atesta a presença dessa forma de produção numa das categorias centrais dos diversos salões de humor brasileiros e de outros países.

Nesse enquadramento, o estatuto entre autor e leitor é, de fato, de parceiros legítimos àquele contexto de produção textual. Mas em situações-limite, parece fragilizar-se. Duas dessas situações destacam-se: o diálogo com temas socialmente delicados (tragédias, mortes) e o foco na crítica, e não no humor, em determinadas charges.

Em casos assim, criam-se expectativas dúbias a respeito do mesmo produto. O autor, envolvido com a prática e com as variações possíveis daquele gênero, tende a imaginar o mesmo pacto firmado habitualmente com o leitor. Este, por outro lado, mantém-se firme à estabilidade recorrente da charge, a presença do humor, e estranha pela associação entre suposta comicidade e temática aparentemente incompatível com tal abordagem. Cria-se, então, um choque entre o que o autor pretendeu dizer e como efetivamente foi interpretado.

Merece menção que leitores mais familiarizados com os limites da charge tendem a não se incomodar com produções feitas em situações temáticas mais frágeis. Os depoimentos dos autores e especialistas em quadrinhos sobre o caso de João Montanaro sugerem isso. Para esses profissionais, o estatuto de parceiros legítimos se enquadrou em todas as ocorrências. Daí o não-estranhamento.

Considerações finais

Procuramos neste artigo recuperar duas polêmicas envolvendo charges veiculadas na mídia brasileira em 2011 e recuperar outros casos semelhantes, presenciados dentro e fora do país. Em comum, havia o fio condutor de que os trabalhos haviam sido lidos de uma forma díspar da pretendida pelos autores. Os temas socialmente “incorretos” acentuaram a interpretação de que se tratava de ofensas em forma de desenhos de humor.

Postulamos – e acreditamos ter demonstrado – que ocorrem dois pactos entre autor e leitor (o estatuto dos parceiros legítimos, proposto por MAINGUENEAU). O primeiro cria a expectativa genérica de que a charge seja uma leitura crítica de algum fato do noticiário, trabalhada com humor.

Outra ocorre em abordagens de situações-limite, em que predomina a crítica. Mas, aos olhos do leitor, fica preservada a expectativa genérica de que aquilo explicita



comicidade (mesmo que isso não ocorra). Essa contradição entre o que é feito e o que era esperado, ancorada na regularidade habitual do gênero, é o que cria o estranhamento, fonte das reações polêmicas.

Pelo impacto que teve ao longo de décadas na imprensa brasileira e pelo teor polêmico que evidentemente ainda conserva, faz-se necessário um estudo mais detalhado do assunto, de modo a orientar melhor jornalistas e leitores em casos como os vistos aqui. Este artigo procurou dar uma contribuição nesse sentido.

Referências

A revolução pelo cartum. **Folha de S.Paulo**. 26 fev. 2006. p. A6.

KOCH, I. V. & ELIAS, V. M.. **Ler e compreender os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2006.

MAINGUENEAU, D. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Cortez, 2000.

RAMOS, Paulo. Charge causa demissão de cartunista no Paraná. **Blog dos Quadrinhos**. 24 mar. 2011. Disponível em http://blogdosquadrinhos.blog.uol.com.br/arch2011-03-01_2011-03-31.html#2011_03-24_18_17_20-135059040-25 Acesso em 15 jul. 2011.
www.acervofolha.com Acesso em 15 jul. 2011.